

# ATUALIDADE ECONÔMICA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Ano 16

Nº 46

Janeiro/Junho/2004

---

---

## CONTEÚDO

<b>Os Governadores Catarinenses e o Ciclo das Despesas Orçamentárias</b> <i>João Rogério Sanson e Rimenez Tuon</i>	1
<b>A Cadeia produtiva do Fumo em SC: desempenho recente do setor primário</b> <i>Lauro Mattei</i>	6
<b>Impactos da Confiabilidade da Rede Elétrica na Economia Catarinense</b> <i>João Randolpho Pontes</i>	9
<b>O Trabalho no Modo de Produção Capitalista: considerações sobre o tema da exploração do trabalho infantil</b> <i>Beatriz Tamaso Miotto</i>	15
<b>O Global e o Local: uma nota inspirada no <i>inbroglio</i> parmalat</b> <i>Hoyêdo Nunes Lins</i>	19

# Os Governadores Catarinenses e o Ciclo das Despesas Orçamentárias

*João Rogério Sanson\* e Rimenez Tuon\*\**

## Eleições e ciclos econômicos

Pela teoria dos ciclos político-econômicos, as flutuações de variáveis econômicas estão intimamente relacionadas a eventos políticos. Os governantes levam em consideração as preferências dos eleitores, mas calibram a política econômica para melhorar seus resultados nas urnas. Por exemplo, uma taxa de desemprego mais baixa gera um clima de confiança entre os eleitores e favorece os políticos da situação.

A teoria associa, aos períodos das eleições, um movimento cíclico em determinadas variáveis econômicas, como as taxas de desemprego e de inflação, a renda per capita e os gastos públicos, dentre outras, especialmente do poder executivo. A parte inicial do mandato político é caracterizada por políticas contracionistas. Na parte final, o governante tem a opção de adotar políticas econômicas expansionistas, sejam elas fiscais ou monetárias. Isso tem sido visto como um comportamento oportunista por parte dos políticos. Sob tal suposição, é possível introduzir a idéia de que o eleitor tem menos informação do que os políticos no que diz respeito às decisões sobre política econômica. Assim, embora o eleitor saiba que o político age oportunisticamente e ajuste suas expectativas para o longo prazo, o político ainda pode gerar flutuações na atividade econômica e nas taxas de inflação no curto prazo. Uma variante da teoria considera a ideologia dos partidos, quando bem diferenciada, e pode explicar um ciclo político-econômico invertido, com um estímulo à economia na primeira parte do mandato. Um partido fortemente influenciado pelos sindicatos é levado a calibrar a política econômica para não aumentar o desemprego mesmo que exista uma ameaça inflacionária.<sup>1</sup>

A presença de ciclos político-econômicos é prevista em democracias. Em regimes autoritários, ainda que se possa observar a sua existência, tais ciclos não apresentarão alterações tão abruptas nas políticas econômicas. Pelo menos no curto prazo, os governantes podem ser menos sensíveis às reações dos cidadãos às flutuações econômicas. Desta maneira, esses ciclos são caracterizados apenas em horizontes temporais mais longos.

No contexto de governos federativos, como no caso brasileiro, há o complicador adicional da relativa independência dos governos locais no que concerne às decisões de política fiscal. Esses governos podem provocar déficits fiscais com o objetivo de influenciar as eleições sem sofrerem no curto prazo as conseqüências de

---

\* Professor do Departamento de Economia, UFSC.

\*\* Aluno do Curso de Pós-Graduação em Economia da UFSC.

<sup>1</sup> Sobre essa literatura, ver Portugal e Preussler (2003) e Persson e Tabellini (2004).

um eventual processo inflacionário. É um fenômeno de interação entre os agentes econômicos em que os benefícios da ação são apropriados por quem a gera, mas pelo menos parte dos custos é imposta à sociedade como um todo. Na presença de socorro automático do governo central, os governos locais têm um forte estímulo para que gerem déficits fiscais e aumentem a dívida pública além do que é adequado para a alocação intertemporal ótima das receitas tributárias. Ferramentas institucionais como a Lei de Responsabilidade Fiscal são medidas que visam controlar centralmente as ações dos governos locais. O socorro automático aos governos locais tem como contrapartida um maior controle central.

A teoria dos ciclos político-econômicos supõe que o processo democrático pode ser visto como uma competição entre partidos políticos pelos serviços de representação dos cidadãos nas decisões coletivas. Logo, a distribuição temporal dos gastos e receitas será necessariamente definida pelo calendário eleitoral. Em função disso, a literatura mais recente usa o termo oportunismo mais como uma descrição de modelos onde a orientação dos partidos políticos é mais fraca do que a de orientação por políticos com alta influência pessoal. A conotação moral implícita na palavra "oportunismo" é, portanto, abandonada.

Faremos agora uma análise das despesas orçamentárias do Estado de Santa Catarina, conforme os dados de balanço do período de 1950 a 2002. Nosso objetivo é verificar se essas despesas têm variações consistentes com a hipótese de que os governos estaduais também administram seu orçamento de forma a concentrar os gastos nos anos de eleições para governadores.<sup>2</sup>

## **O Estado de Santa Catarina**

A taxa de crescimento médio das despesas orçamentárias do governo estadual catarinense, entre 1950 e 2002, situou-se em 9,8% ao ano, em termos reais. No entanto, essa taxa apresentou significantes desvios da média em vários anos. O Gráfico 1 ilustra esse fato.

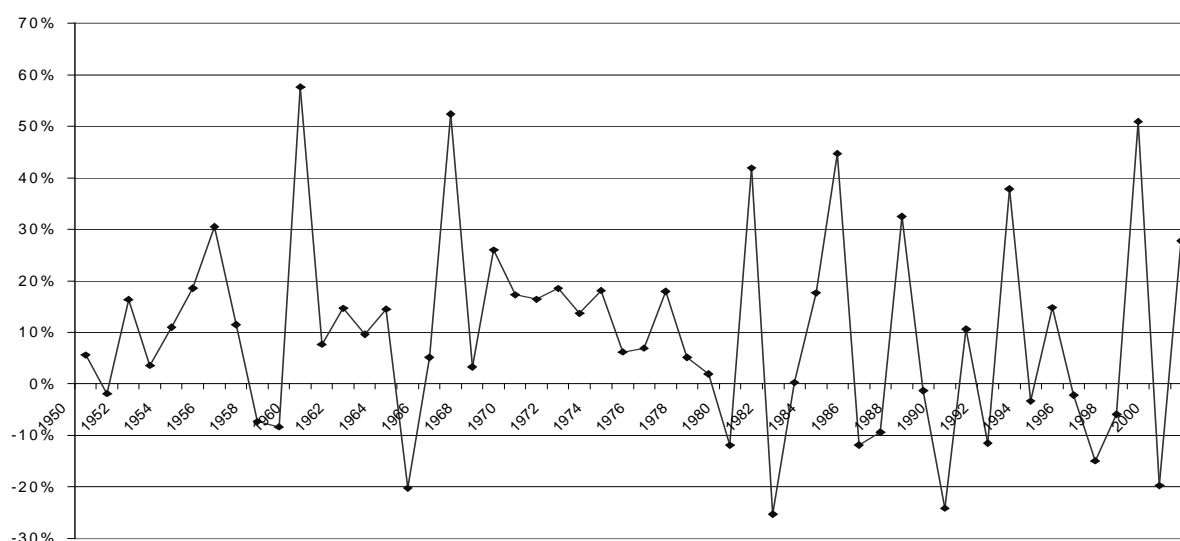
Até os anos 1970, podemos destacar dois anos de aumentos extremos da taxa. O primeiro foi em 1961, com um aumento de 58% nas despesas orçamentárias, atribuído à implementação do I Plano de Metas do Governo (I PLAMEG), que sucedera ao Plano de Obras e Equipamentos (POE), sendo este responsável pelos aumentos também significativos de 19% e 30,5%, respectivamente em 1956 e 1957.

O outro ano de alta elevação da taxa nesse período foi 1968, com o aumento sendo atribuído ao II PLAMEG. Após o II PLAMEG (1966-70), não surgem outros planos estaduais com tamanha relevância e impacto. Na década de 60, ainda, ocorrem mudanças na estrutura governamental com a criação de novas secretarias estaduais que implicaram em maiores dispêndios.

---

<sup>2</sup> Este artigo é baseado em Tuon (2003, cap.3). O trabalho, no entanto, tem como objetivo central o teste econométrico da afirmativa de que as despesas de pessoal seriam a principal explicação para a evolução das despesas orçamentárias de Santa Catarina.

Gráfico 1 – Taxa anual de crescimento das despesas orçamentárias



Fonte: taxas de crescimento calculadas com base em Tuon (2003, Anexo A).

De fato, no período 1950-1970, o Estado de Santa Catarina se alinha com a postura de planejamento e de investimentos da União, com o Plano de Metas, no período 1956-1960, e o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), de 1964 a 1966), e o I e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1970 a 1974. Além disso, a própria base tributária foi afetada pelos acontecimentos econômicos que caracterizaram o período de 1968-1973, conhecido como a era do "milagre".

Nesse mesmo período, destacamos o ano de 1966, com uma queda de 20% nas mesmas despesas, atribuível em boa medida ao ajuste fiscal liderado pela União no período de 1964 a 1967. Anteriormente, nos anos de 1959 e 1960, houve também queda de gastos, de 7% e 8,5% respectivamente.

Durante toda a década de 1970, houve pouca flutuação das despesas. Houve até uma tendência a uma redução de suas taxas crescimento. Isso reflete o fato de o poder de decisão estadual estar sujeito a um maior controle da União.

Na década de 1980, notamos uma variabilidade ainda maior do que no período de 1950 a 1970, associada, em boa parte, à conjuntura macroeconômica instável, vigente no país, como consequência do segundo choque do petróleo e da elevação das taxas de juros internacionais. Nesse período, sucederam-se diversos planos econômicos federais que tinham como principal objetivo conter as altas taxas de inflação. As medidas tomadas por tais planos influenciaram fortemente as despesas orçamentárias estaduais.

Podemos concluir que boa parte das flutuações das despesas orçamentárias estaduais reflete a conjuntura nacional. Os próprios planos de desenvolvimento econômico estaduais dos anos 1950 e 1960 refletem uma tendência nacional. Isso, por conseguinte, gera dúvidas quanto ao impacto das eleições estaduais sobre essas flutuações.

Associada à teoria do ciclo político-econômico, a característica mais importante que pode ser observada no Gráfico 1 é o caráter cíclico das taxas de

Tabela 1 –Taxa de crescimento das despesas orçamentárias do Estado, por ano de mandato dos governadores - 1951 a 2002

Período de Mandato	Governador	Ano de Mandato				
		1	2	3	4	5
1951 a 1956	Irineu Bornhausen	6%	-2%	16%	4%	11%
1956 a 1961	Jorge Lacerda / Heriberto Hülse	19%	30%	11%	-7%	-8%
1961 a 1966	Celso Ramos	58%	8%	15%	10%	14%
1966 a 1971	Ivo Silveira	-20%	5%	52%	3%	26%
1971 a 1975	Colombo Machado Salles	17%	16%	18%	14%	
1975 a 1979	Antônio Carlos Konder Reis	18%	6%	7%	18%	
1979 a 1983	Jorge Konder Bornhausen / Henrique H. V. de Córdova	5%	2%	-12%	42%	
1983 a 1987	Esperidião Amin Helou Filho	-25%	0%	18%	45%	
1987 a 1991	Pedro Ivo Campos / Casildo Maldaner	-12%	-9%	33%	-1%	
1991 a 1994	Vilson Pedro Kleinübing / Antônio Carlos Konder Reis	-24%	11%	-12%	38%	
1995 a 1998	Paulo Afonso Evangelista Vieira	-3%	15%	-2%	-15%	
1999 a 2002	Esperidião Amin Helou Filho	-6%	51%	-20%	28%	
	Média	2,6%	11%	10%	2,3% <sup>a</sup>	18% <sup>b</sup>

Fonte: taxas calculadas a partir de Tuon (2003, Anexo A).

Notas: <sup>a</sup> Esta média considera apenas o quarto ano de mandato no período 1951 a 1971.

<sup>b</sup> Esta média, referente ao último ano de mandato, inclui o quinto ano para o período 1951 a 1971 e o quarto ano para o período 1971 a 2002.

Obs.: as presentes taxas diferem dos valores de Tuon (2003, Anexo B) por conta de elas terem sido lá estimadas por diferença de logaritmos e aqui, diretamente. Elas são quase iguais apenas para pequenas variações, mas o sinal das taxas não muda.

crescimento das despesas, sobretudo, para os períodos 1950-1970 e 1980-2002. De acordo com o que prevê a teoria dos ciclos político-econômicos, os gastos públicos tendem a crescer menos no início de alguns períodos, passando a se elevar posteriormente, embora haja várias exceções. Relevante é se isso está associado aos mandatos dos governadores.

Para facilitar a análise, apresentamos na Tabela 1 as taxas de crescimento da despesa, associadas à lista de governadores e com a duração do mandato de cada um. Até 1970, o mandato era de 5 anos, passando depois a quatro. O último ano de cada mandato na verdade incluía apenas um pequeno período do início de cada ano, sendo desconsiderado para nossos fins.

A média da taxa de crescimento para o primeiro ano de mandato é de 2,6%, portanto muito abaixo da média de 9,8% para todos os anos. Por sua vez, a média do último ano é de 18%, praticamente o dobro da média geral. Para o segundo e terceiro

anos de mandato a média é de 11% e 10%, respectivamente, o que é quase igual à média geral.

As exceções no ciclo de taxas de crescimento da despesa orçamentária ocorrem nos mandatos iniciados em 1956, 1961, 1971 e 1995. Nos três primeiros casos, ocorreram recessões em nível nacional durante o último ano dos respectivos mandatos, incluindo o final do governo Juscelino, o ajuste econômico pós-1964 e a primeira crise do petróleo. No quarto caso, uma expansão de despesas fundada na expansão da dívida foi interrompida por questões jurídicas, levando a cortes de despesas nos dois últimos anos do mandato.

Um caso interessante é o que ocorreu no mandato iniciado em 1979. Foi o último mandato do período em que os governadores eram indicados pela União. Nos dois mandatos anteriores não se observa o aumento das despesas no último ano. Mas no caso do último mandato, há um aumento de 42%. Foi um ano de eleição direta, e o governador agiu conforme o previsto pela teoria. Nos anos seguintes, ficou claro que o federalismo fiscal pode dificultar a execução de planos nacionais de combate à inflação. Isso desembocou em restrições à autonomia dos governos locais, tais como a Lei Rita Camata e a Lei de Responsabilidade Fiscal, ambas com o objetivo de restringir o déficit público desses governos, ou pelo menos torná-lo compatível com a administração macroeconômica do país.<sup>3</sup>

Portanto, o comportamento dos governadores catarinenses corrobora uma das hipóteses básicas da teoria do ciclo político-econômico, que é de o político ser austero no início do mandato para concentrar os esforços de despesas no ano de eleição para seu cargo. Isso é notável, dadas as influências da conjuntura nacional, mencionadas acima.

## Referências

MACHADO, Marcelo de Freitas. *A Introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal no Contexto da Reforma do Estado: Uma Análise dos Resultados dos Governos Estaduais*. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Economia) – CPGE-UFSC.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. Constitutions and economic policy. *Journal of Economic Perspectives*, v.18, n.1, p.75-98, 2004.

PORTUGAL, Marcelo S.; PREUSSLER, Athos P. Um estudo empírico dos ciclos político-econômicos no Brasil. *Análise Econômica*, ano 21, n. 40, p.179-206, set. 2003.

TUON, Rimenez. *Despesas Orçamentárias e com Pessoal em Santa Catarina*. Florianópolis, 2003. Monografia (Bacharelado em Economia) – UFSC.

---

<sup>3</sup> Para um histórico da introdução da lei brasileira de responsabilidade fiscal, uma comparação internacional e uma avaliação de seus resultados iniciais, ver Machado (2004).

## **A Cadeia Produtiva do Fumo em SC: desempenho recente do setor primário**

*Lauro Mattei\**

A cadeia produtiva do fumo tem grande relevância econômica e social no Estado de Santa Catarina. No entanto, o processo produtivo é caracterizado pelo sistema de integração, em que as indústrias fumageiras detêm o controle total sobre o segmento produtor de matéria-prima. Neste segmento há uma enorme pulverização de produtores, enquanto no de processamento industrial ocorre o contrário, uma vez que poucas indústrias dominam todo o sistema de transformação da produção primária. Essas indústrias mantêm vínculos com os produtores através da garantia de compra da produção, da assistência técnica direta, do fornecimento de insumos e do aval junto à rede bancária para o financiamento dos investimentos necessários ao custeio das lavouras.

Segundo o ICEPA (2002), a Região Sul do país responde por cerca de 95% da produção brasileira de fumo, sendo que Estado de Santa Catarina concentra 35% da produção do país. Nesse estado, o cultivo é desenvolvido quase exclusivamente em unidades familiares de produção, as quais mantêm um elevado volume de mão-de-obra ocupada neste tipo de atividade.

De um modo geral, pode-se dizer que a cadeia produtiva do fumo é caracterizada por múltiplas relações entre agricultura, indústria e mercado distribuidor. Tais vínculos interligam fabricantes de insumos e equipamentos, produtores rurais e suas famílias, indústrias fumageiras e os setores de distribuição e comércio varejista. Devido à brevidade deste artigo, abordam-se na seqüência do texto somente alguns aspectos principais do segmento de produção primária do fumo em Santa Catarina.

O cultivo comercial do fumo em Santa Catarina começou a se expandir após a década de 1950, incentivado pela empresa Souza Cruz. Com o passar do tempo, essa atividade foi tomando o lugar de outros produtos agrícolas tradicionais (mandioca, arroz, feijão e milho), sendo que atualmente a referida cultura está presente em todas as regiões do Estado. Essa expressiva expansão, constatada sobretudo nas últimas décadas, fez de Santa Catarina o segundo estado do país em importância nessa cultura, registrando-se aumentos na área plantada e no nível de produção a cada nova safra.

Essas informações podem ser analisadas a partir da tabela 1. Com efeito, em todos os estados da região observa-se um forte crescimento da produção, que teve quase dobrado o seu volume total em pouco mais de uma década. Esta expansão do volume total produzido está relacionada às melhorias nas técnicas de produção e à

---

\* Professor do Departamento de Economia, UFSC

estabilidade dos preços, fatores que têm estimulado os agricultores a permanecer produzindo.

Tabela 1: Produção primária de fumo na Região Sul nas safras de 1990 e 2002 (ton)

Estados	1989/1990	2001/2002
Rio Grande do Sul	168.180	330.360
Santa Catarina	157.910	223.020
Paraná	41.890	81.730
Total	367.980	635.110

Fonte: AFUBRA.

Esses dados confirmam a importância da cultura do fumo em Santa Catarina, estado que se manteve em segundo lugar no ranking nacional dessa atividade, mesmo com todas as oscilações ocorridas ao longo da década de 1990. A tabela informa que mais de um terço da produção sul-brasileira tem resultado de atividades de cultivo realizados em território catarinense.

Dentre os fatores que contribuem para que o fumo continue a ganhar espaço na atividade agrícola catarinense, destaca-se a perspectiva de aumento da rentabilidade econômica em pequenas áreas de produção. Este fato é comprovado pelos dados do ICEPA (2002), os quais mostram que a área média de plantio por propriedade não ultrapassa dois hectares no estado.

Essa mesma fonte de informações destaca outros fatores que também auxiliam a compreender a elevação da importância econômica da agricultura fumageira no estado: boa parte da renda bruta do fumo acaba constituindo-se em receita líquida para os produtores; o valor bruto da produção do fumo catarinense atingiu, em 2002, cerca de R\$ 600 milhões; a fumicultura é desenvolvida em todas as regiões do estado; o fumo contribui de forma expressiva para a arrecadação de impostos estaduais; o produto apresenta uma participação expressiva na pauta de exportações do Estado de Santa Catarina.

A tabela 2 mostra o comportamento das exportações catarinenses de fumo no período de 1992 a 2002. O crescimento observado ao longo desse período foi de 86,55%. Em parte, esse comportamento reflete as mudanças ocorridas nas condições que caracterizam o mercado internacional: devido à redução da produção em importantes países exportadores, como nos casos dos Estados Unidos e do Zimbábue, o crescimento da produção brasileira, acompanhada de uma maior inserção no mercado mundial, acabou favorecida.

Com isso, no que concerne ao valor bruto da produção (VBP) dos principais produtos da agropecuária catarinense, o fumo aparece em quinto lugar na relação dos itens mais importantes. Isso representou, em 2002, 7,5% do VBP do conjunto, significando um total de R\$ 595 milhões.



Tabela 2 - Exportações catarinenses de fumo entre 1992 e 2002

Ano	Quantidade (Toneladas)
1992	24.641
1993	27.763
1994	33.173
1995	38.070
1996	39.452
1997	34.909
1998	38.735
1999	31.449
2000	37.882
2001	48.101
2002	45.968

Fonte: ICEPA (2002).

Do ponto de vista da distribuição regional da produção, em escala de estado, temos o seguinte quadro: a região Sul aparece na liderança da produção catarinense, respondendo por 29% da produção total; a região do Vale do Itajaí surge em segundo lugar, com 25% da produção; a região Oeste é responsável por 22% da produção; a região Norte participa com 20%; a região da Grande Florianópolis apresenta 3% e, por último, a região do Planalto Serrano contribui com 1% da produção.

Essas breves notas indicam ser considerável tanto o potencial econômico da cultura fumageira quanto a contribuição efetiva desta para a economia catarinense, seja em termos de volume de produção exportada, seja no que toca aos impostos arrecadados. No entanto, não devemos esquecer que nesta cadeia produtiva existem importantes conflitos produtivos. Estes referem-se às conseqüências desta atividade para os recursos naturais e também aos efeitos do produto processado (cigarro) sobre a saúde humana. Além disso, há também conflitos distributivos, relacionados ao próprio sistema de integração imposto aos agricultores pelas indústrias fumageiras.

## Referências

AFUBRA. *Dados sobre fumicultura*. Disponível na Internet. <http://www.afubra.com.br>.  
ICEPA. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. Diversos anos .

# Impactos da Confiabilidade da Rede Elétrica na Economia Catarinense

João Randolfo Pontes\*

## Introdução

Todos os países necessitam de uma estratégia de preservação dos recursos energéticos para sustentar o seu crescimento econômico. No conjunto das políticas econômicas e energéticas traçadas pela maioria dos países, há uma grande preocupação com as possibilidades reais de interrupção do fornecimento dos recursos energéticos de eletricidade, petróleo e gás natural. Com a redução das chances de uso desses recursos, as indústrias e o comércio ficariam estagnados, provocando graves desequilíbrios na economia. O “*black-out*” de eletricidade ocorrido nos últimos 10 anos nos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Itália, Espanha, Dinamarca, Suécia e Brasil, demonstra a importância de manter um fornecimento dessa natureza com menores taxas de riscos.

O petróleo merece atenção especial devido ao fato de que o sistema industrial vigente depende fortemente do uso deste combustível. A escolha do desenvolvimento econômico pelos diversos países do mundo industrializado decorreu diretamente da especificidade e das características introduzidas na revolução industrial com a máquina a vapor. Essa escolha modificou o perfil das economias, gerando milhares de empregos e desenvolvendo uma multiplicidade de produtos e serviços. As atividades de pesquisa, extração, produção, refino e comercialização de petróleo incentivaram o surgimento de inúmeras atividades, em particular quanto ao processo de negociação entre “*traders*” e “*brokers*” no mercado do petróleo.

As pesquisas em tela levaram à criação de novas metodologias de avaliação da performance dos projetos de infraestrutura, facilitaram o desenvolvimento de mecanismos de incentivos para expandir os investimentos com base nas atuais condições de financiamento, assim como permitiram a introdução de novos fundamentos na regulação dessa indústria. Dados de 2002 revelam que o consumo mundial (*World Oil Demand*) de petróleo registrou a seguinte posição: os Estados Unidos da América consomem 24,2%, a Europa, 15,9%, a zona do Pacífico, 11,0%, a Ásia, 10,0%, a China, 6,4%, a América Latina, 6,2%, e os demais países, 11,3% (IEA, 2003).

Num processo de complementação desse mercado, e de certa forma uma substituição da eletricidade que tem origem no uso do carvão e das quedas d’água, o gás natural vem tendo ampliada a sua participação no mercado dos energéticos, com

---

\* Professor do Departamento de Economia, UFSC.

uma grande repercussão na matriz energética na maioria dos países. O gás natural passou a fazer parte também da segurança energética e das políticas econômicas de longo prazo, sendo hoje tratado como um fator essencial e estratégico para garantir o desenvolvimento econômico. O melhor aproveitamento do gás natural acelerou o desenvolvimento de novas tecnologias de produção de eletricidade, permitiu aumentar a eficiência energética das máquinas, fortaleceu a base da expansão da oferta e contribuiu para a redução dos preços dos energéticos.

Os mercados dos energéticos, por sua vez, sofrem restrições do financiamento público e dispõem de poucas linhas de crédito de instituições multilaterais, e sua dinâmica indica a presença de mega-investidores (*Global traders*) que buscam desenvolver estratégias competitivas direcionadas a explorar as oportunidades do mercado, alavancando investimentos para integrar suas atividades em vários países. Desse modo, o gás natural, embora seja um elemento integrante das condicionantes do desenvolvimento econômico, ainda precisa desenvolver sua indústria e aprimorar o processo de regulação econômica, técnica e jurídica.

A eletricidade, por sua vez, constitui um elemento de extrema valia para todas as economias, uma vez que exerce um papel imperativo na vida moderna das sociedades, afetando o comportamento das indústrias, do comércio e das famílias. O consumo de eletricidade representa hoje um fator de medição do bem-estar e de conforto das famílias. O mercado de eletrodomésticos e eletrônicos expressa muito bem esse quadro e nos leva à reflexão de que é impossível ter a mesma comodidade e conforto sem eletricidade. Mas é na indústria e no comércio (shoppings, centros comerciais e lojas em geral) que reside a maior preocupação. O racionamento de eletricidade em 2001-2002 no Brasil e o desligamento do fornecimento em Florianópolis em 2003 justificam essa preocupação.

### **Fornecimento de eletricidade e confiabilidade da rede elétrica**

A vida humana sem eletricidade teria que ser reinventada. Sua importância transcende a compreensão do que significa progresso científico e prosperidade material. Embora ela seja recente, nascendo no século 18, as atividades de planejamento, projeto de construção, produção, operação e manutenção de uma rede elétrica exigem tecnologias e conhecimento avançados, além de competências humanas de alto nível. A eletricidade, organizada sob uma rede de alimentação, revela uma grande complexidade ao promover a união de sistemas de conexão de transporte nacional e internacional, razão pela qual os cortes no seu fornecimento colocam dúvidas quanto à gestão das cargas elétricas em áreas geográficas distantes. O que se pode deduzir dos recentes eventos de cortes em redes elétricas nos países mais importantes da economia mundial?

Uma grande preocupação dos especialistas em eletricidade e economia, agências de regulação e operadores dos sistemas elétricos é evitar um corte no

fornecimento de eletricidade. Portanto, o que se deseja garantir é um fornecimento de alta qualidade e confiabilidade. Por se tratar de um sistema de produção e distribuição de alta complexidade, o fornecimento de eletricidade utiliza tecnologias avançadas no campo da eletricidade, eletrostática, mecânica, engenharia e computação, revelando que os cálculos e os sistemas de controle e de gestão são desenvolvidos para oferecer garantias totais na operação de uma rede elétrica.

Para garantir um fornecimento de energia elétrica de qualidade e confiabilidade, a indústria deve conter as seguintes características básicas: capacidade instalada de produção em MW<sup>4</sup>, linhas de alta, média e baixa tensão que são medidas em kV<sup>5</sup>, subestações elevadoras e abaixadoras medidas em kVA, sistema de interconexão, operador da rede de transporte e de distribuição, procedimentos operacionais de acesso à rede, laboratórios de pesquisa e centro de organização e otimização da produção e distribuição. É relevante também considerar como o sistema atende à demanda de eletricidade e quais são os dispositivos operacionais estudados e planejados para evitar que a rede elétrica não entre em pane. Quando o sistema não projeta corretamente a demanda, os diversos picos de consumo, ocorridos durante um certo período, derivados de um crescimento não previsto, podem agravar a situação de operação da rede e provocar uma congestão na rede de transmissão. Tais características básicas se revestem de importância capital para que o mercado possa funcionar e permitir que ocorra o fluxo físico de eletricidade com os mesmos procedimentos. Essa indústria exige ainda que se tenha pré-definido um conjunto de regras, para que os agentes econômicos possam tomar as suas decisões quanto à realização dos investimentos na rede elétrica. Os problemas de “*black-out*” ocorridos recentemente nos Estados Unidos (agosto de 2003), Canadá (agosto de 2003) e Itália (setembro de 2003) revelam a fragilidade dos estudos e perspectivas de mercado e do planejamento de expansão, transmissão e distribuição, e chamam a atenção para problemas vinculados à regulação e fiscalização da rede elétrica (Consentec, 2004).

---

<sup>4</sup> Esta medida refere-se à potência das máquinas instaladas, sendo equivalente a 1.000 kilowatts ou a 1 milhão de watts. O consumo de energia é expresso pela unidade Mwh=Megawatt/hora. Uma usina operando durante 24 horas terá uma produção de eletricidade medida em 24.000 Mwh.

<sup>5</sup> Constitui uma medida em volts ou em kilovolts, referindo-se a pressão elétrica por onde passa a corrente elétrica, através de um circuito simples ou duplo.

O sucesso da indústria de energia elétrica reside na entrega contínua e no equilíbrio entre a oferta e a demanda de eletricidade, respeitando os procedimentos de operação da rede elétrica e as decisões tomadas pelos agentes econômicos em regime de competição, o que permite alcançar maiores níveis de eficiência econômica e preços menores. A confiabilidade da rede elétrica passa a ser uma referência para todos os investidores e consumidores. Sem investimentos em equipamentos que possam controlar o fluxo físico de eletricidade e operar a rede com segurança, não haverá garantias de que o fornecimento seja atendido sem que ocorra risco elevado.

## **O sistema de confiabilidade de eletricidade em Santa Catarina**

A CELESC tem a responsabilidade de garantir o fornecimento de eletricidade em todo o Estado de Santa Catarina. Para esse efeito, conta com uma capacidade instalada própria de 12 usinas (que suprem 2,3% das necessidades) e recebe a complementação através da Tractebel, Itaipu Binacional, COPEL, Petrobrás e outros.

A garantia de operação da rede elétrica e o fornecimento de eletricidade com qualidade e confiabilidade são decorrentes de um complexo sistema de supervisão (SDSC- Sistema Digital de Supervisão e Controle), o qual permite dividir as atividades da Empresa em 3 áreas distintas: a **Área Sudeste**, que compreende as regiões de Florianópolis, Sul e Extremo Sul; a **Área Norte**, que compreende as regiões Norte e Vale do Itajaí, e a **Área Oeste**, que compreende as regiões Planalto, Meio-Oeste e Extremo Oeste. Com um Centro de Operação do Sistema, ela supervisiona o sistema elétrico como um todo, comunicando-se com o computador central da empresa e com o Operador Nacional do Sistema (ONS), oportunidade em que as informações sobre o desempenho do sistema elétrico são analisadas e administradas (Celesc, 2003).

Em 2003 a Empresa vendeu um montante de 13.290 GWh (representando um crescimento de 3,3% em relação ao ano de 2002) e obteve uma receita operacional bruta de R\$ 2.973,9 milhões, que teve sua origem nos consumidores da classe industrial (fabricação de máquinas e equipamentos, metalúrgica básica, fabricação de celulose, papel etc.), com 46,3%, da classe residencial, com 23,2%, e da classe comercial, com 13,7%. Tal quadro revela também um lucro operacional positivo de R\$ 219,3 milhões, em contraste com os R\$ 388,1 milhões de prejuízos obtidos em 2002. Obteve uma receita média de R\$ 223,70/MWh, contra um custo operacional médio de R\$ 140,84/MWh, o que representa um ganho bruto de 58,8% (não estão incluídos os valores correspondentes a ICMS, ISS, Cofins e Pasep).

A confiabilidade de seu fornecimento é medida pelo índice de duração equivalente de interrupção por consumidores (DEC), que teve o seguinte desempenho: 1999 = **25,25**; 2000 = **21,95**; 2001 = **20,92**; 2002 = **20,19** e 2003 = **23,74**. No período 1999-2002, o índice apresentou uma tendência a diminuir,

revelando melhorias na gestão da rede elétrica e refletindo os reforços que foram feitos em sua capacidade operacional. Contudo, no ano de 2003, esse índice teve um significativo aumento de 17,60% em relação ao ano de 2002, cuja razão básica foi o desligamento ocorrido em Florianópolis no mês de outubro. A pane ocorrida no sistema elétrico afetou o consumo de 173.610 consumidores e produziu um DEC de 41,73 horas.

O encaminhamento dado pela Empresa mostrou não apenas a fragilidade da rede de distribuição para atender uma demanda de 130 MW na Ilha de Florianópolis, mas deu indícios também de que não se dispõe de um eficiente sistema de planejamento da expansão da oferta para promover reforços nas linhas de transmissão e subestações e atender novas cargas. O fornecimento de eletricidade não tem garantia de 100%, podendo ocorrer casos fortuitos como as tempestades e os incêndios decorrentes de seca, assim como problemas ocasionados por falhas humanas. O desligamento da rede elétrica por motivos humanos é decorrente da inexistência de um eficiente sistema de gestão. Nesse sentido, a confiabilidade da rede elétrica deve estar acoplada a um sistema de controle capaz de antecipar os problemas mais graves. Com um sistema que emita antecipadamente sinais de variabilidade e possíveis cortes de cargas, as empresas ficarão mais tranquilas na condução de seu planejamento e na operação da rede elétrica.

### **Consumidores diretamente afetados pela interrupção da eletricidade**

As medidas tomadas para evitar o corte no fornecimento de eletricidade devem estar acopladas às medidas de priorização e seleção de cargas voltadas para os hospitais, casas de saúde e de repouso, indústrias intensivas em consumo de energia elétrica, shoppings centers e centros comerciais onde existam alto tráfego de pessoas, prédios de segurança pública e prédios nas cidades mais populosas. Por sua vez, é preciso lembrar a importância de que se reveste a eletricidade para o crescimento da economia catarinense, a qual pode sofrer graves conseqüências na hipótese de faltar eletricidade, em especial no tocante às atividades que sustentam o volume de exportações que hoje são realizadas.

No atual quadro energético mundial, os países começam sofrer os impactos da elevação do preço de petróleo, que nesta data atinge US\$ 47.88 por barril (*WTI OIL Price*, 10/08/04). Os países que dependem mais da importação desse recurso terão maiores conseqüências em atender o seu desenvolvimento econômico, sendo necessário, em alguns momentos, adotar medidas voltadas para as quotas de racionamento.

No Brasil as perspectivas de expansão da oferta de eletricidade apontam a ocorrência de riscos no fornecimento de eletricidade a partir de 2006, na hipótese de a economia crescer a uma taxa de 5% ao ano, sem que o sistema elétrico nacional

consiga agregar usinas e sistemas de transporte e de distribuição considerados necessários. A proposta feita pelo governo federal, na administração do PT, para um novo modelo industrial e comercial, tem sido alvo de críticas devido ao confuso quadro regulatório implicado, que ainda não conseguiu dar motivos para que os investidores façam novos aportes de capital. As preocupações gerais se voltam para o fato de que, na estrutura atual de consumo, o segmento que mais consome eletricidade é o industrial, que representa, em nível nacional, 46,2% do mercado.

## **Referências**

CELESC (2003). “*Relatório Anual da Administração*”. Florianópolis, p. 1- 54.

CONSETEC (2004). “*Analysis of Cross-Border Congestion Management Methods for The EU Internal Electricity Market*”. Final Report, Frontier Economics Ltd, Denmark, June.

IEA (2003). “*Annual Statistical Supplement for 2002 and Users’ Guide*”. Paris, France.

## O Trabalho no Modo de Produção Capitalista: considerações sobre o tema da exploração do trabalho infantil

*Beatriz Tamaso Miotto*<sup>6</sup>

Partindo do pressuposto de Marx, de que o capital é formado pela expropriação da mais-valia do trabalhador, tanto relativa como absoluta, podemos focar o trabalhador e a mercadoria força de trabalho como agentes fundamentais do processo de produção capitalista. Nesse contexto, a jornada de trabalho representa um “ícone” na luta de classes, já que nela cristaliza-se, por assim dizer, a divergência dos interesses entre trabalhadores e capitalistas. Tal divergência manifesta-se na tentativa de reduzir ou aumentar a jornada de trabalho, fazendo com que o capitalista, empregador da mão-de-obra, busque aproveitar ao máximo e sem limites o valor-de-uso da mercadoria força de trabalho.

Sobre a questão da jornada de trabalho, Marx assinala e analisa as condições do trabalhador, em contraposição à situação do empregador, e sua inserção no modelo capitalista do século XIX. Marx coloca claramente a situação de qualquer trabalhador assalariado, isto é, a de explorado, independentemente de sexo, idade e nacionalidade. Esse conceito se mostra atemporal, pois desde os primórdios do uso arraigado da mão-de-obra assalariada até hoje notamos o mesmo sistema de detenção dos meios de produção pelo capitalista, implicando a existência do exército industrial de reserva e da tensão na briga pela modificação do tamanho da jornada de trabalho. Se, portanto, verificamos que as características do trabalhador são, grosso modo, as mesmas em diversos períodos da história, podemos traçar um mapa do que foi e do que é ser trabalhador na sociedade capitalista em que vivemos.

Marx aborda de modo agudo a questão do trabalho infantil, descrevendo várias situações extremas – muito comuns até hoje – de exploração, banalização e desvalorização da vida de crianças. É fundamental destacar que a mão-de-obra infantil não foi utilizada apenas pelo sistema capitalista. Contudo, foi a forma assalariada de trabalho que tirou a criança do trabalho na esfera doméstica e a levou para a esfera industrial de produção. Seccombe (1997)<sup>7</sup> refere-se da seguinte maneira a esse processo:

Não foi o capitalismo industrial que inaugurou o uso do trabalho infantil, mas ele transformou o contexto: agora este se desenvolve em lugares especializados e em ambientes não domésticos, sob a autoridade dos

---

<sup>6</sup> Graduanda do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>7</sup> Tradução efetuada pela autora, da seguinte passagem em italiano: “Non è stato il capitalismo industriale a inaugurare l’uso del lavoro infantile, ma esso ne ha trasformato il contesto: ora esso si svolge in siti specializzati e in ambienti non domestici, sotto l’autorità ultima di datori di lavoro che non hanno legami di parentela con i bambini”



empregadores de trabalho que não têm vínculos de parentesco com as crianças.(p.60)

É nesse contexto que podemos começar a caracterizar as implicações que o trabalho infantil tem nas relações familiares, tendo em vista que é a partir da transferência de autoridade dos pais para os empregadores que se inicia o problema acerca dessa questão.

Com o emprego do trabalho infantil fora dos domínios familiares, a força de trabalho das crianças passa a representar um valor-de-uso, sendo consumível de qualquer forma e apresentando vantagens como, por exemplo, a fácil obediência, a agilidade e a adaptação na operação de máquinas menores.

Marx descreve várias situações em que a jornada de trabalho de crianças de até 12 anos era maior que 16 horas seguidas, em condições precárias, insalubres e degradantes. Esses trabalhos se efetuavam nos mais diversos ramos da indústria, como, por exemplo, na produção têxtil, nas fundições de ferro, nos vários tipos de manufaturas, nas olarias, etc.

Mas por que a mão-de-obra infantil era utilizada? O fator principal era a precária situação das famílias trabalhadoras, que não tinham maneiras de se sustentarem somente através do emprego dos pais. Outro fator relevante era o seu preço mais barato, o que se refletia na sua designação como “meia mão-de-obra”. Relataram-se casos de crianças trabalharem mais de 36 horas seguidas, sem pausas para comer ou para dormir. Os médicos descreviam que, a cada nova geração, as crianças eram mais “raquíticas”, com estaturas menores e com menor peso. O trabalho nas fábricas não tinha como consequência somente o esgotamento da força física das crianças, mas também a sua morte. Segundo Marx, aumentava-se o tempo de trabalho na produção num período determinado e encurtava-se a duração da vida.

Marx relata também que, mesmo com iniciativas de ordem legal para a redução da jornada de trabalho, os capitalistas não respeitavam as leis em vigor e lutavam sempre para poder aumentar a jornada, subordinando as crianças ao desejo de acumular seus excedentes de trabalho. As alegações dos donos das fábricas eram sempre os prejuízos que teriam, ou seja, a diminuição da apropriação do excedente.

Se transportarmos o tema referido acima para os dias de hoje, podemos notar várias semelhanças e também algumas mudanças bem específicas, já que o problema do trabalhador, tanto do adulto quanto da criança, é sistemático, quer dizer, perene. Maria Liduína de Oliveira e Silva, em seu artigo “Adultização da infância: o cotidiano das crianças trabalhadoras no Mercado Ver-o-Peso, em Belém do Pará” (Silva, 2002), mostra isso claramente:

No capitalismo de hoje, da chamada terceira Revolução Industrial, alteraram-se os meios e a forma de apropriação dos excedentes, bem como o gerenciamento da força de trabalho, não ocorrendo a distribuição e/ou eliminação do excedente apropriado pelo capital. O trabalho continua a propiciar a reprodução e acumulação flexível do capital. As inovações científicas e tecnológicas, a legislação dos direitos

da criança e do adolescente, a proteção do trabalho do adolescente e a mobilização da sociedade em defesa da infância não tornaram o capital capaz de dispensar e/ou de eliminar o trabalho infantil do processo produtivo. Muito pelo contrário, este segmento etário da força de trabalho adere cada vez mais ao mercado, de forma fragmentada, heterogenizada, terceirizada, parcelada e globalizada. (p. 155)

A autora descreve a situação de crianças que trabalham no Mercado Ver-o-Peso, cartão postal de Belém do Pará, buscando evidenciar a contradição existente entre a situação de ponto turístico e a invisibilidade das crianças que lá trabalham. De fato, meninos e meninas são submetidos a trabalhos de prestação de serviços e comercialização de produtos, sem mencionar a outra esfera do Ver-o-Peso, muito mais sórdida, que envolve prostituição e tráfico de drogas, entre outras coisas. A situação dessas crianças não é diferente, no essencial, das que foram apontadas por Marx: são mal alimentadas, têm aspecto envelhecido, dormem pouco e chegam a trabalhar até 16 horas seguidas.

Apesar das leis brasileiras, tanto quanto a Organização Internacional do Trabalho (OIT), proibirem a prática da exploração do trabalho infantil, o Brasil apresenta um número considerável de crianças que trabalham. Segundo o *site* do IBGE, com dados para o ano de 2002, são aproximadamente 5.438.555, o que significa 9% da população no intervalo de 5 a 17 anos. O Brasil é um dos países onde há um grande número de crianças trabalhando; aparece como o terceiro da América Latina onde mais se explora o trabalho infantil.

Já Santa Catarina, apesar de ser um dos estados com melhor qualidade de vida do país, tem índices de trabalho infantil maiores que o Piauí e Alagoas, estados muito mais pobres – segundo do IBGE para 2002. Podemos considerar que essa contradição ocorre não apenas por Santa Catarina abrigar uma extensa agricultura familiar – pois mais de 50% das crianças trabalham no meio rural –, mas também por ser um estado onde existem mais possibilidades de registro.

Pelo mesmo tipo de motivo encontrado em qualquer família da classe trabalhadora no século XIX, as crianças hoje são obrigadas a trabalhar porque a renda auferida pelos pais é insuficiente para sustentar a família. Isso gera uma necessidade de trabalho infantil que acarreta não apenas uma degradação da infância, mas até uma inversão de valores: os pais têm afetado, nesse contexto, o seu papel de prover segurança e proteção e de representar referência para seus filhos. A autoridade e o “educar” dos pais são comprometidos por conta da necessidade de renda, a qual impõe o trabalho das crianças e, portanto, a submissão à exploração da mão-de-obra infantil.

A força de trabalho infantil continua sendo de menor custo, participante ativa do exército industrial de reserva e, junto com outras formas baratas de trabalho, atende às necessidades do sistema capitalista.

## Referencias

BARUDY, J. *El dolor invisible de la infancia. Una lectura ecosistémica del maltrato infantil*. Barcelona: Paidós Ibérica, 1998.

MARX, K. *O capital*. 21.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SECCOMBE, W. *Famiglie nella tempesta. Classe operaria e forme familiari dalla rivoluzione industriale al declino della fertilità*. Firenze: La Nuova Italia, 1997.

SILVA, M. L. de O. Adultização da infância: o cotidiano das crianças trabalhadores no Mercado Ver-o-Peso, em Belém do Pará. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 69, p. 151-171, 2002.

<http://www.rebellion.org>

<http://www.oit.org>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.onu.org>

<http://www.sebastiaosalgado.com.br>

## O Global e o Local: uma nota inspirada no *imbroglio* Parmalat

Hoyêdo Nunes Lins\*

Dentre os lugares-comuns que povoam o imaginário sobre a assim chamada globalização, realçando-lhe o caráter de desafio e de fonte de inquietações, perfila-se a idéia de que processos em curso em esferas amplas – globais, justamente – apresentam com freqüência intensos reflexos localizados. Geralmente, as alusões a tal questão enfeixam-se em argumentos sobre o quanto locais e regiões, em diferentes países, encontram-se mais expostos a forças cujos determinantes encontram-se dramaticamente fora de alcance nesses níveis.

Não é difícil sustentar que essas repercussões (de incidência localizada) de dinâmicas mais gerais não constituem um apanágio das décadas mais recentes, assimiladas, com mais ou menos razão, ao contexto histórico da dita globalização. Um passeio por algumas páginas da lavra de cientistas sociais interessados pela História, historiadores de ofício (como Fernand Braudel – p. ex. Braudel, 1998) ou não (como Immanuel Wallerstein – p. ex., Wallerstein, 1984), bastaria para convencer sobre a recorrência histórica desse problema.

Mas há episódios que realmente se afiguram como ilustrações particulares do tema em foco. Um desses episódios, recente e, parece, ainda produzindo efeitos, tem como centro de gravidade uma empresa multinacional do setor de alimentos: a Parmalat.

### O *imbroglio* Parmalat

No final de 2003, o mundo dos grandes negócios registrou (mais) um abalo sísmico de proporções transcontinentais. A gigante italiana Parmalat ocupou as manchetes por meio de bombásticas notícias sobre a explosão de uma grave crise, uma turbulência tão profunda que a matriz da empresa pediu concordata.

O quadro revelou-se tanto mais surpreendente na medida em que a Parmalat vinha apresentando resultados que indicavam uma boa saúde financeira, de um modo geral. Tal condição era referendada por auditores de reconhecida competência nas atividades de avaliação de negócios, tendo eles próprios sido levados de roldão na escalada da crise. A surpresa, todavia, derivava de um engodo, viu-se logo depois. A cúpula da Parmalat foi acusada não só de apropriação indébita e desvio de dinheiro, mas também de fraude e falsificação de contabilidade. O fundador, pivô do revelado buraco financeiro, acabou preso, ao mesmo tempo em que o grupo empresarial – com

---

\* Professor do Departamento de Economia, UFSC.

presença em cerca de 30 países e empregador, naquele momento, de mais ou menos 36 mil pessoas – teve o seu mais importante braço operacional declarado insolvente.

No Brasil, o acontecimento foi motivo de inquietação em importantes esferas institucionais. E não só no âmbito do Ministério da Agricultura, na Câmara Setorial do Leite e Derivados. É que em outubro de 2003, três meses antes do assinalado pedido de concordata, o BNDES havia concedido um empréstimo de mais ou menos R\$ 26 milhões à empresa. A preocupação não rondava só esse banco, contudo. Por exemplo, o mencionado empréstimo teria sido liberado mediante apresentação, pela Parmalat (a título de garantia), de uma carta de fiança do Banco Itaú (Balbi, 2004a). Outros importantes bancos com presença no país também eram credores da empresa, e, assim como os mencionados, certamente ficaram igualmente inquietos.

Curioso é que, no Brasil, o alarme não tenha soado antes da eclosão da crise, já que as atividades da Parmalat no país vinham acumulando prejuízos nos últimos 5 anos. A progressão dos resultados negativos não teria como passar despercebida: segundo artigo de Mattos (2004a), a evolução dos prejuízos foi a seguinte, em milhões de reais: 33,6 em 1998; 72,0 em 1999; 49,2 em 2000; 68,3 em 2001; 183,3 em 2002. A rigor, as operações do grupo Parmalat vinham sendo castigadas por grandes problemas também em outros países da América do Sul, tanto que o seu braço brasileiro teria enviado milhões de reais ao exterior (R\$ 198 milhões só em 2003) para auxiliar, além da matriz na Itália, empresas vinculadas operando no subcontinente (Balbi, 2004b).

Mas o estridente surgimento da crise estava longe de preocupar, em território brasileiro, somente o setor bancário mais diretamente atingido.

### **Respingos locais de uma crise global**

No período em que o terremoto Parmalat ganhou as manchetes, a empresa marcava importante presença no cenário lácteo do Brasil. Traduzida, no início de 2004, em 7 centros de distribuição e em 8 fábricas que, instaladas em 7 estados, ocupavam pouco mais de 60% do total de 6 mil funcionários registrados pela Parmalat Brasil S.A. Indústria de Alimentos (Quadro 1), essa presença era o corolário da agressiva investida da empresa protagonizada desde o início dos anos 1990.

Quadro 1: Radiografia da estrutura produtiva da Parmalat no Brasil no início de 2004

Estado	Localização das fábricas	Produtos	Nº de Empregados
Rio Grande do Sul	Carazinho	Leite longa vida; leite condensado; leite natura premium; creme de leite	331
Paraná	Carambeí	Leite longa vida; leite fermentado; petit suisse; iogurtes; produtos aromatizados; sobremesas; queijos	1.100
São Paulo	Jundiaí	Leite longa vida; sucos; chás; creme de leite; biscoitos; bolinhos	1.100
	Araçatuba	Conservas; produtos atomatados; condimentos; doces	532
Rio de Janeiro	Itaperuna	Leite em pó; leite condensado; creme de leite; produtos da linha Festa!	231
Goiás	Santa Helena	Leite longa vida; creme de leite; molhos lácteos; produtos aromatizados	227
Pernambuco	Garanhuns	Leite longa vida; creme de leite; iogurtes	151
Rondônia	Ouro Preto d'Oeste	Leite longa vida; manteiga; produtos aromatizados	34
Total	–	–	3.706

Fonte: Mattos (2004b)

Com efeito, no quadro de liberalização sem atenuantes que marcou a vida nacional naquela década, a Parmalat adentrou avassaladoramente o setor de laticínios do país. Isso ocorreu pela aquisição de numerosos empreendimentos, vários deles fechados logo a seguir, de modo que a estrutura até então predominante, de produção repartida entre bacias leiteiras regionais que forneciam para centros de consumo próximos, terminou irremediavelmente afetada. A impossibilidade de concorrer representou o desaparecimento de muitos produtores, ao mesmo tempo em que a Parmalat firmou-se como o segundo maior comprador de leite do país (canalizando cerca de um bilhão de litros por ano), atrás somente da Nestlé. Essa condição, ombreada por espantosa desenvoltura em compras generalizadas na indústria de alimentos – compras de fábricas (Etti e Neugebauer) e de marcas como Glória e Avaré, aparentemente sem a correta avaliação das reais possibilidades de sucesso –, fez do Brasil um dos principais teatros das ações dessa empresa.

Ora, muitos produtores que forneciam à Parmalat faziam-no em situação de exclusividade, praticamente. Portanto, foi sobretudo nestes, mas também em empresas fornecedoras de embalagens e matérias-primas, que recaiu o principal das adversidades acarretadas pela crise. Os produtores de leite implicados, geralmente organizados em cooperativas, tiveram os seus pagamentos sustados ou consideravelmente atrasados, com efeitos dramáticos em várias regiões, principalmente nos estados de Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul. Estes efeitos manifestaram-se também em desligamentos de trabalhadores em diferentes

unidades produtivas, principalmente nas fábricas em que a entrega de leite foi interrompida.

Nos locais onde inexistiam alternativas adequadas para a venda de leite por parte dos produtores – inexistência que também resultava das próprias investidas da Parmalat, cuja estratégia contribuiu decisivamente para desorganizar o setor lácteo em diferentes latitudes –, as dificuldades revelaram-se profundas, ensejando até a venda de parte dos plantéis de vacas leiteiras em algumas propriedades. Esse foi o caso, por exemplo, em Garanhuns (PE), onde a fábrica da Parmalat (inaugurada em 1994) absorvia o leite de mais ou menos 400 pequenos produtores. Nessa área, vale ressaltar, problemas eram amargados pelos produtores antes mesmo das assinaladas turbulências. O motivo era a própria conduta da Parmalat, que

“(…) incentivou os produtores a adquirir resfriadores e ordenhadeiras mecânicas, mas não cumpriu a promessa de elevar o preço pago pela melhoria da qualidade do leite. (...) [Além disso,] a empresa nem sequer mantém contratos com os fornecedores individuais (...). A falta de contratos permite (...) alterar a qualquer momento seus preços, clientes e volume a ser adquirido. Os fornecedores são obrigados a entregar o leite à fábrica por 30 dias consecutivos antes de receber a primeira quinzena. Os outros 15 dias só são pagos após mais duas semanas. Uma eventual interrupção da entrega por opção do produtor implica a retomada de todo o processo. A estratégia reduz as chances de o pecuarista procurar melhor preço para o seu produto.” (Guibu, Tortato, 2004, p. B5).

O episódio relativo à *débâcle* da Parmalat parece repleto de ensinamentos não apenas sobre o quanto as estruturas local-regionais encontram-se vulneráveis aos processos em curso em esferas amplas de determinação, mas também sobre os perigos que rondam a desnacionalização de setores chaves da economia. Este segundo aspecto, aliás, foi objeto de uma observação contundente do atual presidente do BNDES, que, diante da “questão Parmalat” – com os riscos de um efeito dominó de grandes conseqüências em toda a cadeia de lácteos –, julgou ser nada menos que uma irresponsabilidade permitir a concentração de segmentos importantes do setor de alimentos básicos nas mãos de interesses estrangeiros (Soares, 2004).

Que possibilidades existiriam em nível local-regional para enfrentar os respingos de uma crise de grandes proporções, como ameaçou ser a desencadeada pelo *imbroglio* Parmalat?

### **Chances de resistências locais?**

Evitar os efeitos de crises de amplas proporções, como a desenhada no setor lácteo brasileiro no início de 2004, é algo de difícil realização. O não recolhimento do leite por um comprador com o peso da Parmalat significaria queda de preços, com repercussões irremediáveis em escala de produtor, e isso não haveria de poupar

qualquer comunidade de pecuaristas. O quadro era ainda mais preocupante porque a crise ocorreu no auge do período de safra. Sem preços que remunerassem adequadamente o produtor, as dificuldades apresentar-se-iam enormes na entressafra. Cabe informar que houve, de fato, queda de preço em janeiro de 2004, mas também que meio ano depois, em agosto, o nível alcançado só não superou positivamente, nos últimos seis anos, o de agosto de 2000 (Salani, 2004). Isso indica que, pelo menos no tocante ao comportamento dos preços, a situação provocada pela Parmalat acabou não sendo duradoura.

De todo modo, se no que concerne aos preços é difícil ver como os diferentes locais envolvidos podem ser poupados das adversidades originadas em outras esferas, no terreno da organização dos produtores parece ser possível vislumbrar algumas possibilidades. Uma experiência que serve de ilustração diz respeito à Cooperativa de Reforma Agrária do Extremo-Oeste (Cooperoeste), integrada por famílias de trabalhadores rurais sem terra assentadas em São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina. Em meados dos anos 1990, a partir de financiamento concedido pelo Ministério da Reforma Agrária, a Cooperoeste criou a Laticínios Terra Viva, uma unidade que mobiliza centenas de agricultores e representa dezenas de empregos diretos ocupados primordialmente por filhos de pequenos agricultores. Em poucos anos, essa unidade passou a ser divulgada como exemplo do que é possível fazer em nível de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois seu mercado transbordou as esferas regional e estadual. É significativo que o laticínio tenha estabelecido “um contrato de parceria com uma cooperativa uruguaia que produz 2,5 milhões de litro de leite por dia, pasteurizando 5 mil litro/dia. Foram oficializadas também parcerias com a Laticínios Cedrense e com a Cooperativa Regional Auriverde.” (Ex-sem-terra..., 2002).

Iniciativas como essas revelam-se importantes em face do turbilhão de mudanças que marcaram o setor de lácteos no Brasil recentemente, com desregulamentação e um frenesi de fusões e aquisições na esteira da entrada de empresas multinacionais. Com o espírito observado no caso da Laticínios Terra Viva, o associativismo e o cooperativismo ostentariam até mesmo um sentido de resistência ao domínio desses organismos globais de produção e comercialização, representando dissonância da tendência de concentração de segmentos importantes do setor de alimentos básicos nas mãos de interesses estrangeiros.

O que se quer salientar é que esquemas cooperativos não dependentes da Parmalat encontrar-se-iam em situação mais confortável, embora fosse pouco provável que uma crise geral no setor de lácteos viesse a poupar algum produtor, como se sublinhou ao falar dos preços. Uma estrutura como a apresentada pela Laticínios Terra Viva certamente representou uma certa proteção dos produtores a ela vinculados, mesmo no auge da crise abordada neste artigo. Os seus fornecedores não parecem ter sofrido atrasos de pagamento como os que castigaram os produtores que operavam com aquela multinacional, como foi o caso dos vinculados às cooperativas catarinenses que encaminhavam a sua produção à Batávia (proprietária da marca Batavo), cuja maior acionista era justamente a Parmalat.



## À guisa de considerações finais

A situação criada pela crise da Parmalat afetou numerosas famílias em diferentes localidades. Essa experiência foi tão dramática quanto plena de significado sobre os reflexos das interconexões entre dinâmicas globais e locais no atual período de mundialização do capital. A organização efetiva em nível local-regional, ao estilo do que fizeram os produtores de leite associados à Laticínios Terra Viva, pode se constituir numa promissora forma de lidar com os riscos inerentes à dominação das estruturas territorializadas pelos grandes organismos produtivos e comerciais, cuja atuação acompanha as cadências ditadas em escalas muito amplas de determinação. Sem que isso represente um apego ingênuo à idéia de organização popular-comunitária como solução para os problemas ligados à flexão muscular do grande capital, postula-se aqui que iniciativas nesse nível podem ser úteis não só como esboço de resistência mas também como instrumento para promover o desenvolvimento local.

## Referências

- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. Tomo 2: O jogo das trocas. 2ª ed. São Paulo: Martins fontes, 1998.
- BALBI, S. Dívida da Parmalat no Brasil é provisionada. *Folha de S. Paulo*, p. B8, 14 jan. 2004a.
- BALBI, S. Parmalat transferiu R\$ 198 mi em 2003. *Folha de S. Paulo*, p. B1, 11 jan. 2004b.
- EX-SEM-TERRA exportam leite para Uruguai. *A Notícia*, 15 jun. 2002. Obtido em [www.an.com.br/2002/jun/15/0eco.htm](http://www.an.com.br/2002/jun/15/0eco.htm)> Acesso em dez. 2003.
- GUIBU, F., TORTATO, M. Em Garanhuns, fornecedor critica Parmalat. *Folha de S. Paulo*, p. B5, 11 jan. 2004.
- MATTOS, A. Lojas param de receber itens da Parmalat. *Folha de S. Paulo*, p. B4, 5 fev. 2004a.
- MATTOS, A. Parmalat já demite pessoal e pode parar. *Folha de S. Paulo*, p. B3, 9 fev. 2004b.
- SALANI, F. Leite deve dar superávit inédito ao Brasil. *Folha de S. Paulo*, p. B12, 21 set. 2004.
- SOARES, P. Concentração no setor é criticada por Lessa. *Folha de S. Paulo*, p. B4, 17 jan. 2004.
- WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial*. Tomo II: El mercantilismo y la consolidación de la economía-mundo europea, 1600-1750. México: Siglo Veintiuno Editores, 1984.

.....  
Este boletim é uma publicação do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

As idéias e opiniões expressas nos artigos são de responsabilidade exclusiva dos autores. Comentários e contribuições, com preferência para os que tenham a economia catarinense como objeto, podem ser enviados para: Boletim "Atualidade Econômica", Departamento de Ciências Econômicas - UFSC, Campus Universitário, 88049-970 Florianópolis SC. Tel.: (48) 331-9458. Fax: (48) 331-9776, e-mail [depcnm@cse.ufsc.br](mailto:depcnm@cse.ufsc.br). Disponível também na [www.cse.ufsc.br/~gecon](http://www.cse.ufsc.br/~gecon)

Conselho Editorial e Técnico: *Profs. Hoyêdo Nunes Lins (coord.editorial), José Antônio Nicolau, João R. Sanson, Nildo Domingos Ouriques e Roberto Meurer,*

Secretaria: *Flori Vieira dos Santos e Roberto Carlos Alves*  
Apoio: *Curso de Pós-Graduação em Economia/CPGE*